

## **Respeito aos eleitores: defesa da FAPESP**

Exmo. Sr. Governador, Exmo. Sr. Vice-Governador e Secretário de Estado de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Exmas. Sras. Deputadas e Exmos. Srs. Deputados,

Há algumas semanas, os membros da comunidade acadêmica, científica e tecnológica do Estado de São Paulo têm enviado mensagens eletrônicas para V. Excias. Alertamos para o erro histórico de reduzir o percentual da arrecadação estadual destinado à FAPESP em seu orçamento de 2017, ao arrepio do artigo 271 da Constituição do Estado. Conheço diversos colegas que escreveram e estimo em centenas as mensagens recebidas por V. Excias. No entanto, não conheço um único colega que tenha recebido a cortesia de uma resposta!

Naturalmente, não temos a expectativa de receber resposta pessoal de cada um de nossos representantes eleitos, tantas devem ter sido as mensagens recebidas. Porém, os parlamentos e órgãos executivos do Brasil estão entre os mais caros do mundo, inchados com inúmeros assessores ocupando cargos de livre provimento, sem necessidade de concurso público. É inaceitável que, dentre as funções desses assessores cujos elevados salários nós pagamos, não se encarreguem de responder aos questionamentos e queixas dos eleitores!

Faço uma comparação. Em outubro de 2004, exasperado por demoras e dificuldades na importação de um equipamento científico, escrevi mensagem eletrônica para o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Em menos de uma semana, recebi resposta protocolar de seu gabinete e, após mais um pequeno período, uma carta assinada pelo então ministro de ciência, tecnologia e inovação, Eduardo Campos. Essa mínima cortesia de enviar uma resposta é absolutamente indispensável para nossos representantes eleitos.

Com essa cobrança, espero realmente receber resposta. Mas já antecipo que devem, por favor, me poupar de explicações que desafiem a legislação, a lógica e a aritmética elementares. O texto do artigo 271 da Constituição Estadual continua vigente e não deixa margem para interpretações: deve ser repassado, PELO ESTADO, um valor MÍNIMO de 1% (um por cento) da receita estadual, descontados valores do parágrafo único. De acordo com os valores anunciados pelo Executivo e pela própria ALESP, a FAPESP deveria receber do Tesouro recursos superiores a R\$ 1,116 bilhão e não apenas os R\$ 996 milhões, que correspondem a 0,89% da receita.

Se V. Excias. acreditam que podem justificar, com base em argumentos sólidos, as razões da atitude que tomaram (ao aprovar e sancionar a emenda de 21/12/2016), façam-no com a seriedade e hombridade de gestores públicos. O suposto destino dos recursos retirados da FAPESP serviria para recuperar institutos estaduais de pesquisa. Com que critérios e que transparência seriam gastos esses recursos?

Na FAPESP, sabemos há várias décadas que os recursos somente são alocados mediante rigorosas e criteriosas avaliações de mérito. Sabemos que há total transparência em sua utilização e, ainda mais, que posteriormente há rigorosa avaliação dos resultados obtidos. Que mecanismos a SDECTI pode oferecer para competir com tal qualidade na alocação de recursos públicos? Quero crer que V. Excias. tomaram essa atitude munidos de grande espírito público e real desejo de melhorar as condições de investigação científica e tecnológica em nosso estado. Prepararam-se para as conseqüências de violar o texto constitucional?

Pretendo tornar essa carta pública para que a população tenha noção do comprometimento de V. Excias. em prestar contas aos eleitores de vossa atuação. A comunidade acadêmica, científica e tecnológica do Estado de São Paulo aguarda respostas de seus representantes eleitos. Em menos de dois anos, nas urnas, daremos nossas respostas à atuação de V. Excias. Atenciosamente,

Paulo A. Nussenzveig  
Professor Titular  
Instituto de Física da  
Universidade de São Paulo.